

Relatório Semanal

De 09 a 13 de junho

1. Publicações Relevantes (DOU):

❖ **Na segunda-feira (09/06):**

- ❖ Foi publicada a [PORTARIA DE 6 DE JUNHO DE 2025](#), que exonera Rafael Henrique Severo do cargo de Diretor de Administração da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e nomeia Flávio Henrique Sanches dos Santos para o posto. A alteração impacta diretamente a gestão regional de programas de infraestrutura e saneamento urbano, especialmente nas capitais e polos do Centro-Oeste.

❖ **Na terça-feira (10/06):**

- ❖ Foi publicada a [PORTARIA MPS Nº 1.281, DE 9 DE JUNHO DE 2025](#), que aprova o novo Plano de Integridade do Ministério da Previdência Social, definindo diretrizes para ética pública, governança e controle institucional. O documento contribui para o aperfeiçoamento da gestão de programas com impacto na proteção social urbana e no acesso a direitos vinculados à segurança hídrica e à infraestrutura urbana.
- ❖ Foi publicado o [PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025](#) para contratação de empresa para reparo e manutenção de três conjuntos de motobombas em Itápolis-SP, visando garantir a eficiência do sistema local de abastecimento e tratamento de água.
- ❖ Foi publicado o [AVISO DE LICITAÇÃO Nº 75/25](#) para obras de complementação do sistema de esgotamento sanitário no município de Lauro de Freitas (BA), com recursos do PAC, FGTS e debêntures, integrando a estratégia de expansão da cobertura sanitária na Região Metropolitana de Salvador.
- ❖ Foi publicado o [AVISO DE PRORROGAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025 - DIN](#) pela Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), prorrogando prazo para seleção de parceiro estratégico para instalação de redes de fibra óptica em estruturas do sistema de esgotamento sanitário.

❖ **Na quarta-feira (11/06):**



- ❖ Foi publicada a [**PORTARIA MCID Nº 546, DE 5 DE JUNHO DE 2025**](#), que lança novo processo de seleção para propostas voltadas ao abastecimento de água em áreas rurais, no eixo Água para Todos, financiada pelo Orçamento Geral da União, no escopo do Novo PAC.
- ❖ Foi publicado o [**DESPACHO DE 10 DE JUNHO DE 2025**](#) autorizando a presidente dos conselhos de recursos financeiros e de seguros vinculados ao Ministério da Fazenda, Adriana Teixeira de Toledo, a participar do "Ciclos Internacionais de Desenvolvimento de Lideranças – 2025", em Paris.
- ❖ **Na quinta-feira (12/06):**
 - Foi publicado o [**DECRETO Nº 12.500, DE 11 DE JUNHO DE 2025**](#), que define critérios para transição entre empresas estatais federais dependentes e não dependentes, com possível impacto na organização administrativa e financeira de companhias estaduais e municipais de saneamento que operam com recursos da União.
 - ❖ Foi publicado o [**DESPACHO DE 9 DE JUNHO DE 2025**](#), autorizando a participação do diretor Nelson Barbosa Filho do BNDES em agendas estratégicas no Japão e China, incluindo o Brazil National Day na Expo 2025 Osaka e fóruns do AIIB e CLAIFUND, visando captar recursos para projetos de infraestrutura sustentável e saneamento.
 - ❖ Foi publicado o [**AVISO DE SUSPENSÃO – LICITAÇÃO PÚBLICA LP Nº 11/2025**](#), pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), suspendendo a abertura da licitação para execução das obras da nova estação de tratamento de água do Poxim, em Aracaju, aguardando nova deliberação.
- ❖ **Na sexta-feira (13/06):**
 - ❖ Foi publicado o [**DESPACHO DE 12 DE JUNHO DE 2025**](#), que autoriza o afastamento do país da servidora Julia Alves Marinho Rodrigues para participação no Seminário sobre Desenvolvimento Econômico e Industrial para o Brasil, a ocorrer entre 21 de junho e 1º de julho de 2025, em Pequim e Xangai. A missão contribui para o intercâmbio de boas práticas em infraestrutura urbana, com reflexos sobre o saneamento.

2. Proposições Legislativas Apresentadas:



- Na **segunda-feira (09/06)**, foram apresentadas as seguintes matérias legislativas relevantes:
 - [CD REQ 2208/2025](#), de autoria do Amom Mandel - CIDADANIA/AM, requer o arquivamento do PL 4888/2024, que alterava o Art. 12 da Lei nº 14.026/2020 para adiar de 2033 para 2040 o prazo da universalização do saneamento básico.
 - [CD REQ 13/2025 PEC06623](#), de autoria da Flávia Morais - PDT/GO, requer a realização de Audiência Pública para debater a ampliação do prazo de parcelamento das dívidas dos Municípios com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
 - [CD PL 2752/2025](#), de autoria do Luiz Carlos Hauly - PODE/PR, acrescenta o § 6º ao art. 2º da Lei nº 11.053/2004 para permitir que participantes e assistidos de planos de previdência complementar anteriores a 2005 possam optar pelo regime de alíquotas regressivas.
- Na **terça-feira (10/06)**, foram apresentadas as seguintes matérias legislativas relevantes:
 - [CD RIC 3484/2025](#), de autoria do Capitão Alberto Neto - PL/AM, requer informações do Ministro da Fazenda sobre a nova Medida Provisória que reformulará políticas tributárias.
 - [CD RIC 3485/2025](#), de autoria do Capitão Alberto Neto - PL/AM, requer informações do Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional sobre investimentos na COP30 e a falta de saneamento na Região Norte.
- Na **quarta-feira (11/06)**, foram apresentadas as seguintes matérias legislativas relevantes:
 - [CD PL 2791/2025](#), de autoria da Camila Jara - PT/MS, altera a Lei nº 12.305/2010 para minimizar os impactos dos resíduos sobre a fauna silvestre.
 - [CD PL 2797/2025](#), de autoria do Acácio Favacho - MDB/AP, altera a CLT para permitir licença remunerada ao empregado para acompanhar sua cônjuge ou companheira gestante em consultas e exames do pré-natal.

Na **quinta-feira (12/06)**, foram apresentadas as seguintes matérias legislativas relevantes:



-HABITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO E SANEAMENTO | MATÉRIAS APRESENTADAS:

Propostas que sustam os efeitos de Decretos que impactam a programação orçamentária e a tributação sobre operações financeiras

Diversos parlamentares apresentaram Projetos de Decreto Legislativo (PDL) com o objetivo de sustar os efeitos de decretos recentes que alteram significativamente a programação orçamentária e a regulamentação do IOF, mobilizando o controle legislativo e a proteção à segurança jurídica tributária.

- [CD PDL 313/2025](#), de autoria da dep. Daniela Reinehr (PL/SC).
- [CD PDL 314/2025](#), de autoria do dep. Zucco (PL/RS).
- [CD PDL 315/2025](#), de autoria do dep. André Fernandes (PL/CE).
- [CD PDL 316/2025](#), de autoria do dep. Carlos Jordy (PL/RJ).
- [CD PDL 317/2025](#), de autoria do dep. Delegado Caveira (PL/PA).
- [CD PDL 320/2025](#), de autoria do dep. Gustavo Gayer (PL/GO).
- [CD PDL 321/2025](#), de autoria do dep. Zé Trovão (PL/SC).
- [CD PDL 322/2025](#), de autoria dos dep. Marangoni (UNIÃO/SP), Luiz Carlos Busato (UNIÃO/RS), David Soares (UNIÃO/SP) e outros.
- [PDL 323/2025](#), de autoria do dep. Sóstenes Cavalcante (PL/RJ).
- [PDL 324/2025](#), de autoria do dep. Diego Garcia (REPUBLIC/PR).
- [PDL 326/2025](#), de autoria do dep. Pedro Aihara (PRD/MG).
- [CD PL 2825/2025](#), de autoria do Zé Adriano - PP/AC, altera o art. 125 da Lei nº 14.133/2021 para ampliar o limite de alterações unilaterais em contratos administrativos, permitindo que reformas e recuperações viárias tenham o mesmo teto de 50% aplicado hoje apenas a reformas de edifícios.

Na sexta-feira (13/06), foram apresentadas as seguintes matérias legislativas relevantes:

[CD PL 2866/2025](#), de autoria do Deputado Bebeto (PP/RJ), dispõe sobre a profissão de leiloeiro e dá outras providências.

[SF PDL 329/2025](#), de autoria do Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), susta os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que aumenta as alíquotas do IOF, visando evitar penalizações a empresas, trabalhadores, investimentos e o consequente impacto sobre o emprego.



[SF PDL 325/2025](#), de autoria do Senador Rogério Marinho (PL/RN), susta os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, bem como dos Decretos nº 12.466 e 12.467, que tratam de alterações na regulamentação do IOF.

3. Temas diversos

Na **segunda feira (02/06)**, foi enviado:

★ **HADDAD SE REÚNE COM MOTTA E ALCOLUMBRE PARA DEFINIR SUBSTITUTOS À ELEVÇÃO DO IOF**

Após reunião com os presidentes da Câmara, dep. Hugo Motta (REPUBLICANOS/PB), e do Senado Federal, sen. Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que o governo editará uma Medida Provisória com medidas compensatórias à alta do IOF. O encontro, realizado na noite de domingo, teve como foco buscar alternativas de arrecadação diante das críticas ao decreto anterior.

★ **SANEAMENTO BÁSICO, INFRAESTRUTURA URBANA E FINANCIAMENTO PÚBLICO | PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO:**

-Cobrança de Serviços de Saneamento Não Disponibilizados

- **SF PL 2100/2023**, altera a Lei nº 11.445/2007 para proibir a cobrança de componentes do serviço de esgotamento sanitário que não estejam efetivamente disponíveis ao usuário.

-Política Nacional de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) para Serviços Essenciais

- **CD PL 2172/2025**, Institui a Política Nacional de ZEIS voltada à priorização de investimentos e oferta ampliada de energia, água, esgoto, transporte público e internet em territórios vulneráveis.

-Diretrizes para a Lei Orçamentária de 2026 (LDO)

- **CN PLN 2/2025**, Estabelece metas, prioridades e regras para a elaboração do orçamento federal de 2026, impactando diretamente os investimentos em saneamento, infraestrutura e serviços públicos.



Na **terça-feira (10/06)**, foi enviado:

★ **SANEAMENTO BÁSICO, INFRAESTRUTURA URBANA E FINANCIAMENTO PÚBLICO | PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO:**

-COBRANÇA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO NÃO DISPONIBILIZADOS:

SF PL 2100/2023 CMA/CAE, Altera a Lei nº 11.445/2007 para proibir a cobrança de componentes do serviço de esgotamento sanitário que não estejam efetivamente disponíveis ao usuário. Projeto devolvido pelo antigo relator na CMA, sen. Paulo Paim (PT/RS). Aguarda nova designação de relator e posterior deliberação na CMA. Após aprovação, segue para análise da CAE, em caráter terminativo.

-POLÍTICA NACIONAL DE ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS) PARA SERVIÇOS ESSENCIAIS:

CD PL 2172/2025 CDU/CASP/CFT/CCJC, Institui a Política Nacional de ZEIS voltada à priorização de investimentos e oferta ampliada de energia, água, esgoto, transporte público e internet em territórios vulneráveis. Projeto recebido na CDU. Aguarda designação de relator para posterior análise nas comissões de CASP, CFT e CCJC, em caráter conclusivo.

-DIRETRIZES PARA A LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2026 (LDO):

CN PLN 2/2025 CMO, Estabelece metas, prioridades e regras para a elaboração do orçamento federal de 2026, impactando diretamente os investimentos em saneamento, infraestrutura e serviços públicos. Projeto recebido na CMO. Aguarda designação de relator e posterior deliberação na comissão, antes de seguir para análise no plenário da Câmara e do Senado.

Na **sexta-feira (13/06)**, foi enviado:

★ **MANIFESTO DO SETOR PRODUTIVO CONTRA MP DO TAXA TUDO**



Encaminhamos dois documentos fundamentais para avaliação institucional das recentes medidas do governo federal sobre o IOF e seus reflexos sobre o financiamento de infraestrutura básica:

- **Documento Técnico – IOF: Principais Alterações**

Levantamento técnico das alterações promovidas nos decretos e sua influência sobre linhas de crédito que estruturam parcerias público-privadas, fundos de financiamento e garantias aplicáveis ao setor de saneamento.

- **Manifesto das Frentes Produtivas contra a MP 1303/2025**

Pronunciamento institucional que questiona a proposta enviada pelo Executivo, que amplia a carga tributária sobre setores produtivos e compromete a viabilidade de investimentos estruturantes em saneamento e desenvolvimento regional.

4. Considerações finais

O Instituto VivaCidades(IVC) acompanha com atenção o conjunto de iniciativas divulgadas no Diário Oficial da União ao longo da semana, com ênfase em agendas internacionais ligadas à gestão ambiental, financiamento climático e inovação institucional. As autorizações para participação de representantes do governo em missões técnicas no exterior indicam esforços para alinhar o Brasil às boas práticas globais em governança hídrica, transição energética e gestão de riscos climáticos, aspectos cada vez mais interligados à universalização do saneamento. Também merece destaque o avanço de estudos voltados à bioeconomia e à valorização de ativos naturais, com possíveis desdobramentos sobre marcos regulatórios do setor.

No Congresso Nacional, foram protocoladas proposições que repercutem direta ou indiretamente sobre o setor, incluindo iniciativas de controle ambiental, estímulo à sustentabilidade fiscal e incentivos a modelos produtivos menos poluentes. A FPSB reafirma seu compromisso com o acompanhamento técnico da pauta legislativa e com a defesa de um saneamento universal, eficiente e resiliente, articulado com a política ambiental e com os compromissos climáticos firmados pelo país. A integração entre planejamento setorial, financiamento adequado e estabilidade regulatória continua a ser prioridade na construção de políticas públicas efetivas para a inclusão sanitária e a proteção dos recursos hídricos.